



COMBATENDO A INFORMALIDADE ATRAVÉS DA ECONOMIA SOCIAL

Por que é importante combater a informalidade?

As evidências mostram que a informalidade pode proporcionar empregos, renda e uma rede de segurança para os trabalhadores. No entanto, em níveis elevados, a informalidade resulta em produtividade reduzida, declínio nos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano e do PIB e aumento da pobreza. A informalidade pode atuar como uma barreira ao crescimento de longo prazo, à competitividade e à formalização de empresas. Ela tem consequências econômicas e sociais mais amplas e significativas, como a redução da receita tributária, limitando o alcance dos gastos do governo, incluindo os sistemas de proteção social. Os altos níveis de informalidade criam desafios adicionais para o setor formal por meio da concorrência desleal, que pode desestimular o investimento e o crescimento dos negócios, uma vez que as empresas informais precisam permanecer pequenas para escapar das agências de aplicação das leis.

A informalidade afeta tanto os países da OCDE como aqueles que não são da OCDE. Globalmente, quase 60% dos trabalhadores não têm as proteções oferecidas aos empregados formais. Por exemplo, a informalidade no trabalho é estimada em 16,8% do total de empregos na União Europeia. Na Austrália, no Chile e na Coreia, mais de 25% dos trabalhadores estão na informalidade, enquanto no Brasil, na Costa Rica e na África do Sul, esse número varia de 36% a 43%. A prevalência do emprego informal é maior que 50% na Argentina, Colômbia e México, e superior a 65% no Egito, Peru e Tailândia. Em países como a Índia e a Indonésia, a taxa de emprego informal chega a mais de 80% (Figura 1).

Como a economia social e solidária pode ajudar?

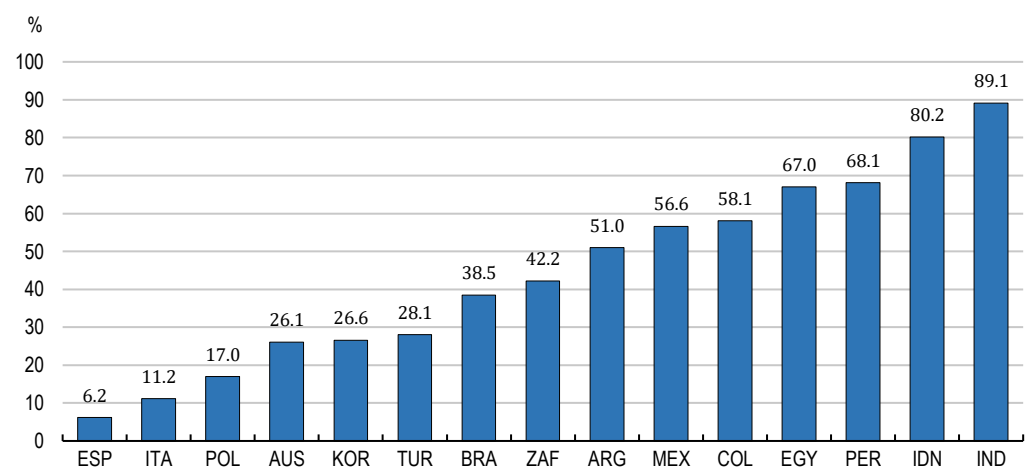
A economia social pode desempenhar um papel significativo no enfrentamento dos desafios causados pela informalidade. Barreiras mais baixas para a entrada, incentivos fiscais específicos para organizações da economia social, como cooperativas, e acesso a oportunidades de treinamento e educação são algumas das muitas maneiras pelas quais a economia social contribui para reduzir a informalidade nos negócios e no emprego (Figura 2). The field has also the distinctive ability to reach disadvantaged groups, formalise activity through its entities (e.g., cooperatives and social enterprises), facilitate access to information about labour rights and entitlements, and ensure the equitable distribution of surplus and profits (see below).

O que é a economia social e solidária?

A economia social, também conhecida em alguns países como economia solidária e/ou economia social e solidária, é composta por um conjunto de organizações, como associações, cooperativas, mútuas, fundações e, mais recentemente, empresas sociais. Em alguns casos, iniciativas comunitárias, de base e espontâneas fazem parte da economia social, além de organizações sem fins lucrativos, sendo que esse último grupo é frequentemente chamado de economia solidária. A atividade dessas entidades geralmente é orientada por objetivos sociais, valores de solidariedade, primazia das pessoas sobre o capital e, na maioria dos casos, por uma governança democrática e participativa.

Fonte: [Recomendação do Conselho sobre Economia Social e Solidária e a Inovação Social](#)

Figura 1. Participação do emprego informal por país em países selecionados da OCDE e de fora da OCDE



Fonte: ILOSTAT, 2023

Figura 2. Formas pelas quais a economia social contribui para reduzir a informalidade



Exemplos de economia social para apoiar a transição para a formalidade

- No Brasil, o Plano Plurianual 2024-2027 introduziu o "Programa de Economia Popular e Solidária Sustentável" com o objetivo de promover maior desenvolvimento econômico e sustentabilidade climática. Esse plano reconhece que a expansão da economia popular e solidária oferece uma resposta convincente para gerar renda e promover o desenvolvimento local. Ele também apresenta uma estratégia de desenvolvimento concreta para lidar com os altos índices de informalidade, pobreza extrema e desigualdade de rendas.
- Na Região de Múrcia, na Espanha, o Pacto pela Economia Social 2021-2024 tem como objetivo gerar bem-estar, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades sociais. Ele também busca diminuir a economia informal por meio de cooperativas e outras entidades da economia social, proporcionando apoio financeiro para o emprego formal, campanhas de conscientização e assessoramento laboral e tributário.

Lições do trabalho da OCDE com a Colômbia



Trabalho na Colômbia: [Combatendo a informalidade na Colômbia com a economia social e solidária](#)

O trabalho da OCDE com a Colômbia mostrou que a promoção de ecossistemas favoráveis pode ajudar significativamente a liberar todo o potencial da economia social e solidária para lidar com a informalidade, fortalecendo a conformidade regulatória e a análise baseada em riscos para as cooperativas. De forma mais ampla, a economia social pode oferecer soluções para apoiar a transição para o trabalho formal em muitos setores econômicos. O projeto OCDE/Colômbia produziu os seguintes itens:

- Análise do ecossistema da economia social usando a ferramenta ['Better Entrepreneurship Policy Tool'](#) da UE/OCDE.
- Três workshops sobre informalidade, sistemas de informação e o ecossistema e as práticas da economia social e solidária. Esses workshops compartilharam experiências de países como Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos e México.
- [Resumo dos destaques do workshop](#) com as principais recomendações de políticas para a Colômbia.
- Um relatório analítico sobre a [contribuição das cooperativas na Colômbia na transição da informalidade para o emprego formal](#).

Novo projeto do Programa de Emprego e Desenvolvimento Econômico Local (LEED)

O combate à informalidade através da economia social

A economia social pode apoiar a formalização de várias maneiras. Ela pode ajudar comunidades e grupos vulneráveis a iniciar atividades econômicas de impacto por meio do empreendedorismo coletivo e complementar os mercados de trabalho existentes, oferecendo emprego a grupos desfavorecidos. As organizações e entidades da economia social também podem atuar como intermediárias, oferecendo produtos e serviços que proporcionam benefícios como proteção social, educação e serviços de saúde para apoiar a transição da economia informal para a formal.

Com base no [trabalho da OCDE sobre a economia social](#) por meio do Programa de Emprego e Desenvolvimento Econômico Local, na Recomendação da OCDE sobre Economia Social e Solidária e Inovação Social, e nas lições aprendidas com o trabalho recente na Colômbia, o programa LEED lança um novo projeto com o objetivo de apoiar países, regiões e cidades a lidar com a informalidade por meio da economia social.

Objectivo

O projeto busca implementar várias atividades para atingir os seguintes objetivos específicos:

- **Apoiar** o aumento da conscientização e da visibilidade da economia social, especialmente as formas pelas quais ela contribui para combater a informalidade. As organizações da economia social estão ativas em muitos países da OCDE e fora dela. Elas oferecem empregos decentes e estáveis para trabalhadores informais e facilitam a atividade econômica por meio do empreendedorismo coletivo. No entanto, ainda é necessário aumentar sua visibilidade e aprofundar a conscientização e o conhecimento de seu potencial na transição para a formalidade entre os formuladores de políticas em vários níveis de governo e o público em geral.
- **Fornecer** orientação prática e opções de recomendações para melhorar as condições estruturais e superar as barreiras enfrentadas pelas organizações da economia social que atuam na redução da informalidade.
- **Equipar** países, regiões e cidades para entender melhor como construir ecossistemas prósperos de economia social e como se envolver de forma mais proativa com organizações e entidades de economia social para apoiar os objetivos de luta contra a informalidade.
- **Proporcionar orientação prática** com base em exemplos de boas práticas de países da OCDE e de fora da OCDE para apoiar a implementação de estratégias de economia social direcionadas à informalidade, considerando os contextos nacionais e locais.

Esses objetivos serão perseguidos principalmente por meio de:

- **Avaliação das condições estruturais e políticas nacionais e locais** para a economia social em geral (desafios, barreiras e possibilidades de ação) e, em particular, aquelas relacionadas às suas contribuições para a redução da informalidade, bem como os vínculos com políticas de emprego/criação de empregos, políticas sociais e políticas de empreendedorismo/cooperativismo.
- **Exercícios internacionais de aprendizado entre pares** para apoiar a troca de experiências e boas práticas entre países, regiões e cidades sobre o que funciona e o que não funciona, por que e como.
- **Resumos temáticos** sobre prioridades selecionadas de acordo com os contextos locais que destacam as contribuições da economia social no fornecimento de soluções concretas para a informalidade (por exemplo, formalização do emprego, conformidade com normas, governança de entidades da economia social, empreendedorismo coletivo etc.).

Atividades e Produtos

Como parte desse projeto, a OCDE desenvolverá as seguintes atividades e resultados:

Atividades

- **Estudos de casos** em nível nacional e local que ofereçam evidências e recomendações de políticas sobre a economia social e suas contribuições para lidar com a informalidade por meio de cooperativas, empresas sociais e outras entidades da economia social.
- **Relatórios analíticos ou temáticos** que identificam prioridades estratégicas, como conformidade regulatória, governança, impacto social, etc., que precisam ser abordadas para melhorar o desempenho e a capacidade das organizações da economia social de combater a informalidade.
- **Sessões de grupos focais** com diferentes participantes da economia social (por exemplo, autoridades, acadêmicos, profissionais, redes etc.) para reunir informações e conhecimentos relevantes.
- **Workshops e seminários** de aprendizado que facilitam a revisão por pares entre países, regiões e cidades, além de oportunidades para compartilhar lições e boas práticas sobre como a economia social alcança ou poderia alcançar resultados na redução da informalidade..

Produtos

- **Resumos temáticos** destacando as principais recomendações de políticas e lições aprendidas com exemplos internacionais.
- **Relatórios internacionais** adaptados às prioridades nacionais, regionais ou locais. Eles podem variar de relatórios analíticos gerais a documentos com foco em assuntos específicos.

Como você pode participar?

Para mais informações, contacte-nos:

Antonella Noya – Chefe de Unidade: ✉ Antonella.NOYA@oecd.org

Amal Chevreau – Analista Políticas Públicas: ✉ Amal.CHEVREAU@oecd.org

Participe da Recomendação da OCDE sobre Economia Social e Solidária e Inovação Social!

A Recomendação promove o potencial da economia social para ser pioneira em novos modelos de negócios, prestar serviços essenciais, contribuir para uma transição mais justa, mais ecológica e mais digital, envolver os jovens e construir comunidades. Ela reconhece a diversidade de práticas e a necessidade de ferramentas políticas aplicáveis a uma série de contextos nacionais e a diferentes níveis de desenvolvimento da economia social.



Sobre a Unidade de Economia Social e Inovação da OCDE e o Centro da OCDE para o Empreendedorismo, PME, Regiões e Cidades

A OCDE começou a trabalhar na economia social há mais de 25 anos para ajudar os governos nacionais, regionais e locais a conceber e implementar estratégias de apoio à economia social e solidária e às empresas sociais, oferecendo recomendações adaptadas e baseadas em factos. Este trabalho apoia o Programa de Desenvolvimento Económico e Emprego Local (LEED) da OCDE.

O Centro ajuda os governos locais, regionais e nacionais a desenvolver o potencial dos empresários e das pequenas e médias empresas, a promover regiões e cidades inclusivas e sustentáveis, a estimular a criação de emprego local e apoiar boas políticas de turismo.